

Espaços Públicos e Verde Urbano de Lisboa

Um Estudo de Caso sobre Ambiente Urbano

Vitor Matias Ferreira *

Alexandra Castro **

Resumo: O texto que aqui se apresenta constitui um dos capítulos de um estudo, entretanto terminado, que decorreu de uma investigação empírica sobre a condição social, o ambiente urbano e a qualidade de vida da Metrópole de Lisboa¹. Dessa trilogia analítica, que orientou o desenvolvimento das pesquisas realizadas, uma temática central da investigação privilegiou a abordagem do(s) espaço(s) público(s) de Lisboa, no quadro da qual se inquiriu, igualmente, o "verde urbano" da respectiva metrópole. Começaremos, assim, por sinalizar, de modo necessariamente breve, o enquadramento analítico desta específica abordagem, sem embargo de considerarmos que uma explicitação mais adequada desse mesmo enquadramento, inclusivé no contexto mais amplo da investigação realizada, não dispensa a consulta do estudo entretanto terminado. Em todo o caso, procurámos sustentar a apresentação dos resultados empíricos desta linha de investigação com os respectivos elementos de enquadramento analítico.

Palavras chave: espaços públicos; verde urbano; apropriação urbana e diferenciação social; metrópole de Lisboa

Do Espaço Público da Cidade aos Espaços Públicos Urbanos

A abordagem sócio-urbanística dos espaços públicos das cidades enferma de alguma ambiguidade analítica que importa clarificar, ainda que de modo necessariamente sucinto (para uma contextualização dessa abordagem sugere-se a consulta de V. Matias Ferreira, 2000). Recorde-se que o desafio analítico se coloca em termos de confrontar a noção genérica, comumente utilizada pelos urbanistas, em especial no quadro do planeamento urbano, conotada com os espaços públicos da cidade, com uma outra noção, sem dúvida mais ampla, mas de significado mais

específico e mais compreensivo da própria condição civilizacional das cidades, que podemos designar, propriamente, por espaço público – no singular, isto é, na própria singularidade da condição social e culturalmente *pública* da Cidade. Curiosamente, uma tal distinção analítica parece particularmente "visível" no contexto das cidades actuais, o que não significa que ela tenha estado ausente em configurações urbanas anteriores. Talvez que, ao fim e ao cabo, seja somente um problema de visibilidade...

Com efeito, no primeiro caso, o enfoque analítico procura contextualizar e configurar, através da inquirição das respectivas "formas urbanas", os espaços públicos (no plural, portanto) integrantes ou potenciais desses

* Catedrático de Sociologia. Investigador-Coordenador do CET.

** Mestre de Sociologia. Investigadora do CET.

¹ A referida investigação foi desenvolvida no quadro do Programa OBSERVA, sediado no ISCTE, tendo sido financiada pelo IPAMB do Ministério do Ambiente, através do referido Programa. A instituição de acolhimento foi o Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, onde é possível consultar o Relatório Final daquela investigação, de que se aguarda a respectiva publicação - cfr. V. Matias Ferreira, J. Luís Casanova e Alexandra Castro (Coords.) (2000). De sublinhar que o presente artigo beneficiou da colaboração de Gisela Matos, igualmente investigadora do estudo de base mencionado.

mesmos territórios; pelo contrário, na segunda situação, estará em causa identificar e caracterizar a condição urbana (enquanto dinâmica qualitativa e prospectiva), bem como avaliar a natureza pública (no sentido propriamente dito) da Cidade em questão. Como é evidente, esta "cidade" não é um dado de partida, uma vez que essa entidade – no caso, enquanto cidade-metrópole – está permanentemente em construção, no sentido real e simbólico desse mesmo processo.

Vemos, pois, como estamos longe da mera análise urbanística dos ditos espaços públicos – cuja matriz de origem releva do chamado "urbanismo", tal como ele é, genericamente, entendido. Como sabemos, um tal referencial apela, sobretudo, a observações de carácter local, o que pressupõe, entre outras derivas, uma assinalável mudança de escala analítica, decorrente de uma necessária recomposição problemática de uma outra matriz de referência, consentânea com o posicionamento anteriormente referido. O que não significa, obviamente, minimizar essa mesma escala local, mas antes sublinhar a necessidade de a confrontar, permanentemente, com uma visão global, pública por excelência, da Cidade enquanto tal.

Por isso falamos de "espaços públicos" (no plural), que consideraremos como os genericamente referidos *espaços públicos urbanos*, assim se demarcando da própria condição pública da Cidade. Efectivamente, do ponto de vista empírico, aquela temática não esgota, bem pelo contrário, a dimensão propriamente pública daquele espaço urbano. É certo que, na linguagem urbanística, aqueles "espaços públicos" são entendidos, na generalidade, como componentes de articulação e de ligação (ao fim e ao cabo, de integração) dos espaços, públicos ou privados, da cidade, acentuando, deste modo, o papel meramente residual – mas politicamente determinante – dos ditos "espaços públicos". Contudo, o que se julga pertinente confrontar e debater é, precisamente, aquele papel integrador dos espaços públicos urbanos, com a própria assunção pública da cidade, independentemente da natureza jurídica do edificado existente nessa cidade.

As observações anteriores constituem, para nós, um quadro analítico de referência fundamen-

tal, sem embargo de admitirmos que a abordagem dos resultados empíricos, que a seguir se apresentam, se situa, predominantemente, num primeiro nível analítico, isto é, a um nível sócio-urbanístico dos ditos espaços públicos urbanos. Nessa medida, o confronto analítico, que atrás sugerimos, não dispensa a consulta de outros materiais bibliográficos, entretanto ou a seguir citados, para além do próprio relatório final da investigação realizada (vd. nota anterior).

Espaços Públicos – do Verde Urbano às Frentes de Água

A importância cultural e urbana atribuída à estrutura verde e aos espaços públicos, nomeadamente pelos inquiridos através de questionário, mas também por aqueles que designámos de "observadores privilegiados"², permite equacionar a problemática do ambiente urbano e da qualidade de vida, tendo em conta, nomeadamente, as observações anteriores. Contudo, as dimensões mais subjectivas que apelam ao sentido vivido pelos sujeitos na sua relação com espaço, não foram facilmente detectadas através dos instrumentos de recolha de informação accionados³, ficando, assim, para posteriores pesquisas um aspecto já mencionado por Sansot (1993), relativamente à importância representada pelo jardim para o seu frequentador. Segundo este autor, aquela importância revela-se quando ela própria se confunde e se identifica com a própria história de vida do utente, ou seja, quando este consegue, retrospectivamente, compreender a sua ligação ao lugar. Estes jardins seriam, também, os que teriam sido concebidos à imagem de um determinado bairro e dos seus habitantes, existindo outros que poderiam ser edificados em qualquer espaço da cidade, onde a ligação indivíduo-jardim se torna mais difícil, ainda que não impossível.

Os espaços públicos e zonas verdes – ruas, passeios, avenidas, parques, praças, jardins, etc., – são, assim, componentes das cidades tão fundamentais, por isso, como os seus edifícios. No caso dos jardins, alguns indicadores demonstram, mesmo, que estamos perante o seu próprio renascimento. Um inquérito recente, lan-

² Recorde-se que a investigação empírica realizada se apoiou em diversos instrumentos analíticos, nomeadamente num inquérito por questionário (a cerca de novecentos habitantes da metrópole de Lisboa, com uma amostragem por "quotas"), na observação de algumas zonas da cidade de Lisboa, em entrevistas a um conjunto de individualidades, que designámos de "observadores privilegiados", bem como na análise de conteúdo de diversos documentos, para além da bibliografia que aparece citada.

³ A técnica de recolha de informação para a população da metrópole de Lisboa - O inquérito por questionário - não poderia permitir uma análise mais compreensiva do papel daqueles espaços ao nível da vida quotidiana das populações.

gado em França, demonstrou que os jardins eram mais visitados que os monumentos (Dubost, 1994). Por outro lado, os jardins entraram no património universal da UNESCO, sob a condição de serem "históricos". Na carta de Florença da ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) também se faz referência ao jardim histórico como sendo "*uma composição arquitectónica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público e, como tal, deve ser considerado como um monumento*". Mais adiante, poder-se-á constatar como esta dimensão patrimonial da estrutura verde esteve presente no discurso dos mencionados "observadores privilegiados". Entretanto, avancemos, então, na análise dos resultados empíricos.

Espaços Públicos e Diferenciações Sociais

Em relação à forma como os inquiridos encaram e avaliam os espaços públicos e as zonas verdes, regista-se, com alguma evidência, acentuadas clivagens, que se traduzem, significativamente, em diferenciados esquemas de representação social e simbólica. Como veremos, aquelas clivagens levam determinados grupos sociais a destacar, sobretudo, a "funcionalidade" desses espaços, numa relação com poucas mediações interpretativas, enquanto que, para outros, é sublinhada, fundamentalmente, uma avaliação mais ampla, reflexiva e, em certa medida, intelectualmente referenciada. De registar, contudo, que estas clivagens não se esgotam, exclusivamente, numa mera distinção social, verificando-se, assim, outras dimensões (idade, condições e localização residencial, etc.) que acabam por determinar escolhas variadas e diferentes avaliações.

No caso específico das zonas verdes da cidade, a maioria dos inquiridos destacou a sua fundamental importância, nomeadamente por contribuírem para o "bem estar" e para a "descontracção dos cidadãos". Esta categoria foi sobretudo referida pelos indivíduos com o menor e o maior nível de escolaridade. Os de nível médio, apontam, antes, a possibilidade do "contacto

com a natureza". Embora não existam diferenças significativas, segundo a posição socioprofissional dos inquiridos e entre os que residem dentro ou fora da cidade de Lisboa, uma análise das condições habitacionais demonstra que nas áreas de pior qualidade habitacional, independentemente de se situarem no Centro ou na Periferia, as zonas verdes são vistas, sobretudo, por permitirem um "ambiente saudável", como por exemplo, em Odivelas, Pedreira dos Húngaros, Currealeira e Almirante Reis.

De uma forma geral, a opção mais escolhida em todas as zonas⁴, no que se refere à importância dos espaços públicos, é o facto destes "contribuírem para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos", com especial incidência em Cascais (86,7%) e no Estoril (85%). São sobretudo os inquiridos escolarizados, em idade activa (24-49 anos), socialmente favorecidos e que residem em alojamentos com condições de habitação elevadas, que sublinham este factor. Uma vez mais, a clivagem social a sublinhar a distinção entre os mais "privilegiados" (que falam de "qualidade de vida") e os "outros" (que reivindicam "melhores condições de vida")!

Do ponto de vista etário, as clivagens também são significativas. Assim, para os mais idosos a importância das zonas verdes é evidenciada, sobretudo, por permitir o "contacto com a natureza" e por proporcionar "momentos de lazer". Pelo contrário, os mais jovens consideram importante as zonas verdes por permitirem um "ambiente saudável". Tais diferenças de avaliação reportam-se, directamente, ao próprio modo de "viver" os espaços públicos. Com efeito, na maioria das zonas de observação, os idosos aparecem como o grupo que mais se apropria dos espaços verdes e públicos, transpondo para aqui algumas práticas, geralmente associadas ao interior do *habitat*, como, por exemplo, as refeições ou os jogos de cartas⁵.

Confirmando, de certo modo, as observações anteriores, constatámos que a avaliação dos espaços públicos, dada a "importância de ser um espaço de encontro com os outros", se encontra, sobretudo, nos inquiridos com escolaridades baixas e com idades compreendidas entre os 50 e os 64 anos. Considerados socialmente menos fa-

⁴ Foram seleccionadas 23 zonas que representam "bairros" da Metrópole. Os pontos de aplicação do questionário foram conjuntos habitacionais ("bairros") seleccionados em função da sua localização no território da Metrópole (localização "central", no concelho de Lisboa, ou "periférica", fora do concelho de Lisboa) e das condições de habitação ("qualidade" e "tipo de alojamento").

⁵ Terá sido, precisamente, a permanência com maior intensidade dos idosos nas zonas verdes, que levou a Câmara Municipal de Lisboa, em Maio de 2000, a promover o curso "Guardiões do Ambiente", integrado no programa municipal "Ambiente Sempre Jovem", destinado a indivíduos entre os 64 e 80 anos. O objectivo central do curso foi potenciar a disponibilidade dos mais velhos, sensibilizando-os para as problemáticas ambientais, ao mesmo tempo que lhes era incutida a noção de que continuam a ser úteis à comunidade.

vorecidos (na sua maioria operários), vivem na periferia de Lisboa em alojamentos com condições de habitação precárias, nomeadamente em Loures – precisamente, o lugar onde este factor acabou por assumir uma maior percentagem de respostas. Será que a "socialização pública" se constitui como um dos (últimos?) redutos de vivência urbana dos mais idosos, socialmente desprotegidos?

A pergunta anterior parece ter uma resposta positiva, se se tiver em conta que a avaliação dos espaços públicos, enquanto espaço "de lazer e de descontração", é maioritariamente assumida por inquiridos com mais de 65 anos, mas escolarizados (frequência do ensino básico ou secundário). São, também, medianamente profissionalizados (sobretudo empregados executantes) e residem no centro de Lisboa em alojamentos com condições de habitação médias, nomeadamente na zona de Almirante Reis e S. João de Brito. Num outro escalão social e etário, a importância dos espaços públicos é destacada como forma de se poder "estar só", assumindo maior relevância nos inquiridos com idades compreendidas entre os 36 e os 64 anos, menos escolarizados e pertencentes a estratos sociais menos favorecidos. Sob o ponto de vista habitacional, residem em alojamentos com condições de habitação precárias, como, por exemplo, na Pedreira dos Húngaros.

Curiosa constatação esta, de um "solipsismo" de indivíduos socialmente desfavorecidos, que não deve ser entendida de modo contraditório com a observação anterior, sobre a "socialização pública" desses idosos. Ao fim e ao cabo, constituem dois tipos de comportamento estreitamente relacionados entre si, sobretudo tendo em conta que nos reportamos a estratos socialmente desfavorecidos. Ou melhor, um é condição do outro, e somente ambos poderão explicar a postura desses idosos, a quem, na generalidade dos casos, só restará, precisamente, essa aparente contradição! Ao fim e ao cabo, a rua, com os seus espaços públicos e verdes acaba, muitas vezes, por ser um prolongamento do *habitat*, transferindo-se para aqui uma certa continuidade daquela específica vida urbana.

Se, para aqueles inquiridos, a importância dos espaços verdes e públicos se centra, fundamentalmente, no domínio das funcionalidades, os mais favorecidos socialmente referem, sobretudo, categorias como "ambiente saudável" e "qualidade de vida", centrando-se, assim, em noções mais abrangentes e reflexivas, mas predominantemente qualitativas, fruto de um maior capital escolar e económico. É de salientar, também, as diferenças

ao nível da forma e do conteúdo do capital relacional entre estes dois grupos sociais, na sua interferência com a importância atribuída aos espaços públicos. Se, para os menos favorecidos, a rede de sociabilidades tende a construir-se e a desenvolver-se através do espaço público, para os mais favorecidos socialmente, esta dimensão pública da rede de relações não assume tanto peso.

A questão da importância dos espaços públicos e zonas verdes, foi também colocada ao painel de "observadores privilegiados", registando-se alguma convergência nas dimensões mencionadas, embora tenha ressaltado da análise outros aspectos. Estes analistas enfatizaram, em relação àqueles espaços, factores de ordem sócio-cultural, identitária e ecológica, realçando a sua importância a diversos níveis:

- a) De uma melhor qualidade de vida urbana, podendo até funcionar como forma de apoio para compensar condições precárias de habitação;
- b) Do sentimento de bem-estar e de relaxamento que proporcionam aos utentes da cidade;
- c) Da convivência entre as diversas classes/grupos sociais;
- d) Da identificação com o património da cidade (numa visão alargada de património), estimulando um sentimento cívico de pertença;
- e) Do estabelecimento do equilíbrio do ecossistema, permitindo a "respiração" do tecido urbano.

Com menor peso foram, ainda, focados aspectos que se prendem com a educação dos mais jovens, nomeadamente, ao permitir um contacto directo com a natureza e com a segurança urbana, através de uma maior frequência e utilização desses espaços.

Espaços Verdes e Segregação Social

Uma abordagem contemporânea de cidade não poderá deixar de assumir os espaços verdes como parte integrante da qualidade de vida urbana. Nesta linha, foi perguntado aos inquiridos como qualificam o espaço verde mais próximo da sua casa. Assim, numa primeira apreciação, registámos que quase metade dos inquiridos (43%), considera o estado "bom"; quase um terço (30%), considera "suficiente"; numa proporção um pouco mais baixa (16%), "muito bom". Por outro lado, uma apreciação mais negativa daqueles espaços verdes, em termos globais, tem pouca

expressividade. Contudo, a um nível mais específico, aquela avaliação varia, significativamente, em função do estatuto socioprofissional do inquirido e, deste modo, de acordo com a localização e as condições do respectivo alojamento. Assim, muito embora, numa apreciação genérica, a avaliação sobre o estado das zonas verdes mais próximas da residência não seja negativa, existem diferenças significativas, sobretudo quando se confrontam situações extremadas, por exemplo, entre uma avaliação de "muito bom" e outra de "medíocre". Vejamos, então, também aqui, como as clivagens sociais "acompanham" as alterações valorativas!

Como seria de esperar, os inquiridos que consideram o espaço verde mais próximo da sua casa, de qualidade "elevada", pertencem, sobretudo, à categoria dos empresários, dirigentes e profissões liberais e dos profissionais técnicos e de enquadramento, ao passo que os inquiridos pertencentes à categoria dos empregados executantes e ao operariado, consideram o respectivo espaço verde de qualidade "medíocre". É, sobretudo, nas zonas de alojamento precário, do Centro ou da Periferia, que surge esta avaliação mais negativa, ao passo que a avaliação mais positiva é referenciada, como seria de esperar, pelos inquiridos que residem em alojamentos com condições médias e elevadas, independentemente da sua localização geográfica.

Assim, não será estranho constatar que, numa análise pelas diferentes zonas, se verificou que mais de metade (58%) dos inquiridos que residem em Belém, qualificaram de "muito bom" as zonas verdes mais próximas da sua residência; complementarmente, os da Encarnação (68%), Odivelas (68%) e Estoril (68%), consideram os respectivos espaços verdes de "bom"; pelo contrário, "mau" e "medíocre" surgem, essencialmente, em Loures (53%) e na zona de Almirante Reis (28%), na capital do país. Realmente, o mapa da diferenciação social e urbana da metrópole de Lisboa, também pode ser desenhado a partir da qualidade dos seus espaços verdes!

Deste modo, a avaliação feita pelos inquiridos, relativamente aos espaços verdes mais próximos da sua residência, revela, assim, diferenças sociais e territoriais relativamente à qualidade dos espaços em questão. Surgem, assim, com alguma evidência, formas mais ou menos subtis de segregação do verde urbano, em

relação aos inquiridos que residem em alojamentos com condições de habitação médias ou precárias⁶. É um facto que a construção/manutenção de zonas verdes tem um custo relativamente elevado, o que tem levado as entidades responsáveis pela sua gestão, geralmente as Câmaras Municipais, a encaminharem boa parte desses investimentos, sobretudo para zonas social e urbanisticamente mais "qualificadas". Na generalidade dos casos, trata-se de um processo socialmente "viciado", o que não deixa de reforçar, a um nível mais global, a própria segregação social e urbana pré-existente. Pelo contrário, a um nível mais local, aquela segregação parece assumir formas mais subtis, que a própria subjectividade das respostas tenderia a minimizar!



É neste sentido que Donadieu (1997) afirma a existência de uma lógica dupla de integração do verde na cidade. Por um lado, organiza o "espectáculo da cidade", graças aos poderes públicos, ou seja, o *verde* pode representar o poder político da cidade, tornando-o visível! Por outro lado, é uma das condições de apropriação social da cidade, pois sendo uma forma perceptível do espaço público, pode ser objecto de apropriação pelos habitantes, podendo tornar-se um meio familiar da vida quotidiana. Em ambos os casos, os espaços verdes participam na qualidade de vida da cidade, não sendo, apenas, um regulador ambiental, mas impondo-se, também, como mediador social, na medida em que intervém na identidade e na qualidade de vida da cidade. É também neste sentido, que Ribeiro Teles (1997) afirma que "*a invenção da paisagem é uma consequência da apropriação pela sociedade humana do espaço físico necessário às suas actividades*".

⁶ Para um maior aprofundamento do tema da segregação urbana sugere-se a leitura de BRUN, J. e RHEIN, C. (eds) (1994).

Num contexto metodológico complementar⁷, realizámos, ainda, uma análise em quatro distintas zonas de Lisboa, relativamente aos espaços públicos, estrutura verde e património urbano⁸. De facto, o estado de conservação e o tipo de património que circunda os espaços públicos e as zonas verdes, parecem interferir, directamente, ao nível da "triagem" dos seus utentes, bem como no que respeita aos tipos de apropriação. Assim, em zonas urbanística e patrimonialmente mais qualificadas, como seja a zona central de Belém, onde os espaços públicos e zonas verdes merecem uma atenção particularmente acentuada (limpeza diária, jardinagem regular...), os principais utentes (residentes ou não, para além dos turistas) elegem estes espaços para os seus lazeres – local de passagem e de circulação entre monumentos; de descanso, encontro e contemplação, para os idosos e turistas; de estudo, leitura e passeio, para os



jovens, etc. Contrariamente, mas de forma bem contrastada, noutra zona da cidade, por exemplo, no Jardim da Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, os residentes na área envolvente não frequentam este espaço, não só devido ao elevado nível de degradação, mas também por se verificar, naquela zona, uma apropriação quase exclusiva dos "sem-abrigo", que ocupam aquele espaço com os seus bens (colchões, caixotes, sacos...), utilizando o mobiliário urbano e os canteiros para fins diferentes daqueles que presidiram à sua implementação.

É de referir, no entanto, que, nas quatro zonas de observação, este foi o único caso detectado de ausência de diversidade social na apropriação, pois não longe dali, no espaço público do Martim Moniz, embora a presença dos "sem-abrigo" seja

significativa, era notória a sua utilização por parte de residentes e indivíduos que trabalham nas imediações, sobretudo para repouso, encontro e passagem. É de colocar, contudo, a interrogação sobre a inexistência de eventuais alternativas de espaços públicos e zonas verdes para os residentes daquele local, já que, nessa zona, as alternativas são escassas em termos de quantidade e qualidade dos espaços em questão.

A confirmar estas formas de segregação, foi notória, nas zonas de habitação social, objecto de observação, a escassez de zonas verdes e de espaços públicos. Quando existentes, apresentam reduzidas dimensões, face à densidade populacional dos bairros e encontram-se em elevado estado de degradação. No entanto, constatou-se que apesar do seu estado de conservação deficiente, muitos são os residentes que aí permanecem, para usufruírem do espaço para jogos tradicionais, para encontro e repouso. Uma conclusão importante das observações realizadas prende-se com a própria configuração dos espaços públicos e das zonas verdes e suas implicações ao nível da apropriação. De facto, na zona de Chelas verificou-se que alguns destes lugares, utilizados pelos residentes, se reportam a "espaços vazios", isto é, espaços aparentemente abandonados, mas que, na generalidade dos casos, aguardam a respectiva edificação! Assim, provisoriamente (?), constituem um dos tipos de espaços públicos disponíveis para os pobres....



A Centralidade do Verde nos Espaços Públicos

A análise do espaço público, como elemento constitutivo da morfologia das cidades, dá lugar a uma vasta leitura de reinterpretações e de reutilizações diversas, enquanto campo projectual de intervenções urbanas. Como poderemos constatar

⁷ Seleccionaram-se quatro zonas da cidade de Lisboa - Belém, Almirante Reis, Marvila/Chelas, Benfica/Carnide - diversificadas social e urbanisticamente e situadas em zonas distintas da cidade em termos do processo de urbanização. Pretendia-se, pois, através da observação directa recolher um conjunto de informação mais detalhada.

⁸ Para um aprofundamento desta noção de património urbano, cfr. V. Matias Ferreira (1998), bem como o texto já citado (2000).

através da análise aqui proposta, os espaços públicos abarcam uma multiplicidade de funções e de designações, cuja diversidade se estende no tempo, nas formas e nos usos, e mesmo na memória colectiva dos lugares.

Questionados sobre os espaços que, na cidade de Lisboa, privilegiam o "encontro", os inquiridos destacaram, sobretudo, os jardins, as praças e os largos. Para "passear", destacam-se, igualmente, o jardim e os parques. Relativamente aos espaços que se privilegiam para ter "acesso a lojas e equipamentos", destacam-se as ruas e as zonas pedonais. Os factores "prazer estético" e "permanência", surgem evidenciados de forma semelhante pelos vários espaços, mas com especial incidência no jardim e no parque. Desta lista de preferências podemos concluir que o *jardim* é o lugar mais frequentemente privilegiado pelos inquiridos, desempenhando, assim, como que uma "centralidade" nos processos de relacionamento com os espaços públicos. Ou seja, para os inquiridos, a qualificação das funções dos espaços públicos parece passar, acima de tudo, pela necessidade de espaço, de preferência "verde" e tendencialmente restrito à envolvente do local de residência. Os jardins e, também, de alguma forma, as praças, foram, assim, eleitos como espaços públicos privilegiados para desempenharem qualquer uma das funções apresentadas. Pensando nas características associadas aos espaços referidos, verifica-se que ambos possuem dimensões reduzidas, procurando reproduzir, na sua morfologia, a lógica de organização interna do *habitat*.

Num tal contexto, é significativo registar que, na cultura europeia, a noção de jardim (que tem uma raiz etimológica derivada do latim – *gardinium*), é testemunhada como modo de perceber "um lugar fechado e protegido". De um modo geral, este espaço envolvia, tradicionalmente, a produção alimentar doméstica e documentava a permanência tipológica de um caso particular de arquitectura erudita: o claustro dos mosteiros com os seus jardins ou as hortas-jardins dos palácios da cidade. Na sua origem, os jardins não eram mais do que um complemento da casa, esgotando-se os seus fins, deste modo, à esfera do *habitat*. A passagem do jardim, do domínio privado para a esfera pública, foi um longo percurso, embora, ainda hoje, esteja subjacente à sua definição e edificação no tecido urbano, a ideia da reprodução do jardim privado tradicional.

No estudo realizado, verificámos, assim, que o jardim é o espaço privilegiado para "passear" ou para o "encontro", nomeadamente, para os inquiridos

mais idosos, com escolaridade. Inversamente, quando as funções do jardim são as de proporcionar "prazer estético" e a "permanência", destacam-se os inquiridos que têm entre os 50 e os 64 anos, mas com escolaridade mais elevada. Relativamente à praça, importa referir que é o espaço privilegiado pelos inquiridos mais idosos (mais de 65 anos), menos escolarizados e pertencendo a estratos sociais menos favorecidos. De facto, a praça enquadra-se no tipo de espaços públicos associados às zonas residenciais, pelo que não é de estranhar que seja o espaço eleito pelos mais idosos, já que a sua fraca mobilidade geográfica dificulta deslocações para fora da sua área residencial.

Constatamos, assim, que se a praça tem uma apropriação predominantemente imediatista (até pela condição de acolhimento e segurança), sobretudo em relação aos residentes locais mais idosos, já o jardim parece assumir uma determinada centralidade na escolha e no usufruto dos espaços públicos. Por outro lado, o contraste socialmente registado, em relação ao modo de "ver" o jardim e às suas expectativas, não parece controverso. Efectivamente, diferenças de ordem social e cultural (aferidas através dos níveis de escolaridade e/ou do tipo de actividade económica) apontam para posturas distintas face àquele específico verde urbano. São, no entanto, distinções um tanto subtis. Ao fim e ao cabo, qualquer das funções indicadas poderão ser partilhadas pelos diversos grupos sociais. Mas talvez que a tónica no "prazer estético" possa fazer a diferença, não no sentido em que somente os mais privilegiados socialmente tenham essa capacidade, mas porque sejam os únicos (?) a, abertamente, explicitarem essa mesma qualidade, na relação com aquele verde urbano.

Num outro contexto analítico, em relação ao "acesso a lojas e equipamentos", o espaço privilegiado foi a *rua*, sobretudo pelos inquiridos que têm entre 50 e 64 anos e que possuem a escolaridade básica, mas que vivem em condições precárias de habitação. É bastante significativa esta escolha dos mais idosos, com baixo capital escolar e económico, em relação à "rua", nomeadamente nas actividades de consumo. Como se sabe, os menos idosos e socialmente mais favorecidos, têm vindo a preferir, e não só naquelas actividades, os "centros comerciais", enquanto espaços fechados e compactos nalguma diversidade funcional. São dois modelos de "cultura do consumo" bem distintos entre si, que razões de "eficiência", mas sobretudo de moda, tendem a explicar (adiante, voltaremos a este tema).

As Frentes de Água como Espaço Público

Um espaço público com características muito específicas diz respeito às *frentes de água*. Estes territórios têm especial relevância na metrópole de Lisboa, já que a maioria dos concelhos que a integram têm uma relação, mais ou menos directa, com o rio. Dos estudos anteriormente realizados, partimos, assim, da constatação de que se regista, actualmente, uma revalorização do papel da água, num contexto particular de crescente aproximação da cidade relativamente à sua frente marítima ou fluvial. Um tal reconhecimento da importância e do papel fundamental da água, adquire especial relevância quando inserido na dinâmica actual das "cidades de água", tendente a tomar as suas frentes urbanas como espaços privilegiados de significação cultural, ambiental e simbólica e, conseqüentemente, a desencadear processos de reutilização desses mesmos espaços urbanos.

Considerando a água como um elemento estruturador e estruturante da realidade social, nos seus vários níveis – económico, social, urbanístico, ambiental, cultural e simbólico –, ela adquire, de facto, especial relevância e significação, em todo o processo de estruturação histórico-cultural da cidade e da metrópole, nomeadamente, ao nível da (re)criação de processos identitários sociais e urbanos. A presente "reinvenção" da água é visível, portanto, não apenas numa dimensão mais material da sociedade – nos mecanismos de intervenção urbana e ambiental e nas práticas e modos de vida da população –, mas também numa dimensão simbólica – de representações, sensibilidades e significações culturais⁹.

Para os "observadores privilegiados", que a pesquisa entrevistou, a água representa, hoje, uma importância fundamental na vida das cidades, destacando-se a sua relevância a vários níveis: económicos – nomeadamente, atendendo à importância da indústria portuária; históricos – na fixação e no relacionamento dos povos junto ao mar e aos rios; ecológicos – dada a importância dos recursos hídricos; de acessibilidades – no estabelecimento de vias de comunicação; entre outros. Por outro lado, a criação de espaços de lazer, recreativos ou lúdicos, bem como o sentimento de tranquilidade, relaxamento, repouso e a beleza paisagística, foram outros aspectos também apontados como relevantes do papel desempenhado

pelos frentes de água das cidades. Para estes observadores, deve existir, assim, uma compatibilização das actividades portuárias com um leque diversificado de acções e de entidades, mantendo-se o equilíbrio de funções.

Tendo em conta que, até aos anos 70, prevaleceu, incontestavelmente, uma concepção das frentes de água enquanto espaços exclusivos de desenvolvimento portuário e industrial, não deixa de ser significativa a recente (re)valorização destes mesmos espaços, aos diversos níveis anteriormente referidos. Esta nova concepção do espaço marítimo e/ou fluvial e uma nova forma de apropriação desse espaço, relaciona-se, também, com um novo modo de "habitar" a cidade, com novos comportamentos e novos modos de apropriação social e ambiental daquelas frentes de água.

Curiosamente, uma das observações dominantes das pesquisas realizadas, em relação a esta temática, vai ao encontro das conclusões de estudos anteriores. Com efeito, para a maioria dos inquiridos (89%), seria de privilegiar para as frentes de água da metrópole de Lisboa, uma actividade mista, ou seja, não exclusivamente portuária, sendo esta opinião partilhada, predominantemente, pelos inquiridos mais escolarizados, socialmente mais privilegiados e pertencentes ao escalão etário mais jovem. Por outro lado, é assumidamente minoritária a opinião dos que defendem que as frentes de água não devem ter nenhuma actividade portuária, situando-se, assim, na faixa etária dos 15 aos 23 anos, especialmente trabalhadores independentes que vivem na periferia com médias condições de habitação. Esta opinião, bastante minoritária, sublinha-se, acaba por defender a manutenção da monofuncionalidade daqueles espaços, agora já não de natureza portuária, mas, antes, com a única função de lazer, negando, assim, a dimensão histórica e identitária daquelas frentes de água.



⁹ Para um maior aprofundamento desta temática vide V. Matias Ferreira et alli. (1997).

Um tanto paradoxalmente, os restantes inquiridos, ainda que numa posição igualmente minoritária, são os que defendem uma actividade exclusivamente portuária, isto é, gostariam, ao fim e ao cabo, de um regresso à situação anterior das frentes de água. Tais inquiridos pertencem, sobretudo, ao operariado e vivem no centro de Lisboa, em alojamentos precários. Esta opção por parte do operariado pode, em parte, justificar-se por factores de ordem simbólica, ligados a uma certa memória urbana que vê aqueles territórios marítimos associados ao desempenho da uma determinada actividade profissional (eventualmente a sua), o que, em qualquer caso, pressupõe uma avaliação exclusivamente "produtivista" daqueles espaços.

Confrontando as observações e as respostas maioritariamente significativas, as frentes de água constituem, pois, um espaço público muito particular, através das quais, jogando com a sua história económica e a sua identidade social, seja possível "refazer" a cidade, pública, naturalmente, e, deste modo, polifuncional e assumidamente urbana. Os resultados do estudo efectuado, limitaram-se, assim, a corroborar o que tem sido defendido por muitos dos analistas da cidade.

Organização Territorial e Práticas Sociais

Os espaços públicos e as zonas verdes, enquanto elementos estruturadores dos tecidos urbanos, desempenham um papel determinante na organização territorial e no estabelecimento de hierarquias e ligações funcionais e espaciais (Chanial, 1992). Já nos anos 60, H. Lefebvre havia frisado a prioridade a dar ao valor de uso do espaço público no processo de configuração da malha urbana, quando defendia "que o 'urbano' é o lugar do encontro, a prioridade do valor de troca, a inscrição no espaço de um tempo promovido ao posto de bem supremo entre os bens", no pressuposto, afinal, que "o urbano encontre a sua base morfológica e a sua realização prático-sensível" (Lefebvre, 1972: 132) Indo ao encontro de Lefebvre, actualmente, Portzamparc (1995) sublinha a importância da vivência pública inscrita e construída no território urbano, ao denunciar o perigo de abandonar o espaço público das cidades.

Por isso, como dissemos, uma abordagem contemporânea de cidade não poderá deixar de

assumir o espaço público como parte integrante da qualidade de vida urbana, nem ignorar o seu papel como vector "mediático", por intermédio do qual o dispositivo institucional e tecnológico, próprio das sociedades pós-industriais, é capaz de apresentar a um "público" os múltiplos aspectos da vida social. Assim, o seu valor simbólico e referenciador permite dimensionar a questão da representação social e do interesse cultural que os diversos contextos urbanos alcançam na estrutura cognitiva individual e na memória colectiva dos actores sociais.

Locais de regras e de ajustamentos incessantes da distância e da proximidade, da presença e da ausência do outro, de interacção concertada, os espaços públicos e zonas verdes interrogam o próprio processo de produção da vida social. Nesta linha, estamos perante lugares de acção e de interacção específicas¹⁰, que reenviam para uma pluralidade de práticas sociais, usos colectivos e formas de apropriação espacial que tendem a diferenciar-se na metrópole de Lisboa.

Uma questão prévia ao desenvolvimento diferenciado de formas de estar e "viver" nos espaços públicos diz respeito às formas de acessibilidade aos espaços públicos urbanos. Esta é uma questão largamente desenvolvida por I. Joseph (1998), sobretudo, por representar um valor fundamental da urbanidade, já que as sociedades urbanas sempre foram avaliadas em função da sua oferta de mobilidade, tanto espacial como social.

Segundo aquele autor, determinados espaços são acessíveis não só pelas suas qualidades arquitectónicas, mas também pela sua capacidade em articular visibilidades e enunciados, ou seja, pela sua capacidade em oferecer deslocações, caminhos e movimentos, mas também "paragens" disponíveis e perceptíveis pelos seus utilizadores. I. Joseph salienta ainda que as reflexões levadas a cabo sobre os princípios e as normas de acessibilidade a determinado espaço público demonstram, actualmente, que vivemos não apenas uma crise dos espaços públicos, mas uma "crise dos públicos", manifestada em categorias que nos fazem julgar o que se passa de forma indiferenciada, como se já não soubéssemos enquadrar e compreender as "aparências normais" e os "comportamentos escandalosos" (Joseph, 1991).

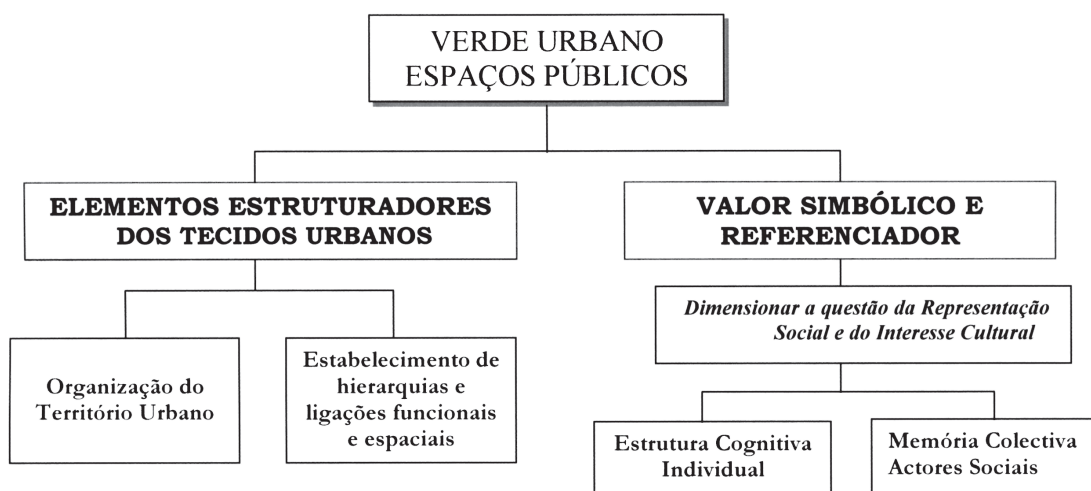
No seguimento deste raciocínio, Hervé Le Bras (1997) refere que "o habitante das cidades

¹⁰ A este propósito ver I. JOSEPH (1990)

tornou-se num tipo de convidado no espaço público urbano", onde deve comportar-se de maneira cada vez mais codificada. Para este autor a questão já não reside tanto na forma como a hospitalidade permite aos indivíduos reconhecerem-se, mas, sobretudo, na maneira como a hospitalidade urbana, traduzida em "gigantescos espaços de recepção", mantém à distância e domina cada vez mais um conjunto de pessoas sem pertenças definidas. Consta-se, pois, como salienta I. Joseph, "que o direito de visita não é ainda um direito de cidadãos soberanos, mas é já mais do que o direito dos membros de uma comunidade que teriam de exibir os signos da sua identidade ou os índices da sua pertença" (Joseph, 1998: 67).

verdes é um critério apenas relevante para uma minoria dos inquiridos (14%), sendo residual o "acesso a equipamentos" (8%). Importa referir, ainda, a pouca expressividade que assumiu o factor "segurança" (2%). Sublinhe-se, contudo, que os critérios "dimensão e diversidade" dos parques e jardins, bem como da possibilidade desses espaços terem "equipamentos", aumenta, proporcionalmente, com os níveis de escolaridade, incidindo, sobretudo, nos inquiridos mais jovens.

Por outro lado, o critério "proximidade de casa" é destacado, particularmente, nos indivíduos menos escolarizados e mais idosos, por razões de menor mobilidade, como atrás acentuámos. Assim, aquela proximidade da



Apropriação e Acessibilidades dos Espaços Verdes

Através de uma perspectiva integrada do conjunto da vida urbana, trata-se de procurar captar os usos e formas de apropriação desenvolvidos pelos indivíduos, tendo presente as potencialidades e as disfunções que o cenário urbano proporciona. É neste sentido que se considerou fundamental analisar as formas e a intensidade da apropriação dos espaços públicos e verdes por parte dos inquiridos.

Os espaços verdes, enquanto locais privilegiados para "estar com a família e com os amigos", surgem, na totalidade dos inquiridos, como os critérios que mais se destacam para uma "deslocação" a esses espaços públicos (37%), seguido da "recordação de momentos agradáveis" (20%) e da "proximidade de casa" (também cerca de 20%). A "dimensão e a diversidade" das zonas

residência, tendo sido um critério privilegiado por aqueles inquiridos, mas também pela categoria socioprofissional mais elevada, parece encontrar uma justificação significativa: no primeiro caso, por razões que se prendem, como sublinhámos, com a fraca mobilidade dos inquiridos que integram aquele escalão etário; em relação ao segundo caso, o facto destes inquiridos residirem em áreas habitacionais de elevada qualidade urbanística, onde as zonas verdes merecem uma atenção particular por parte das entidades responsáveis pela sua manutenção, acaba por se constituir num critério apelativo.

Interessa, agora, analisar a intensidade da apropriação das zonas verdes por parte dos inquiridos, através da sua frequência a estes locais. Verifica-se, de uma maneira geral, que os espaços verdes mais próximos do local de residência dos inquiridos são os mais frequentemente visitados, independentemente dos níveis de escolaridade, das categorias socioprofiss-

sionais e do tipo de alojamento. Em todo o caso, não se trata de uma frequência diária, muito embora se registre que mais de metade dos inquiridos se desloca uma vez por semana, pelo menos, a uma zona verde do bairro da sua residência e cerca de uma vez por mês a uma zona verde da cidade ou fora de Lisboa. Os inquiridos que nunca visitam um espaço verde, nestas zonas, representam um quinto, o que não deixa de ter algum significado analítico.

A apropriação das zonas verdes nas áreas de residência dos inquiridos varia em função da sua centralidade, das condições habitacionais e do tipo de alojamento, sendo que as idades interferem tanto na visita às zonas verdes do bairro onde habitam os inquiridos, como naquelas fora de Lisboa. De facto, os inquiridos com mais de 50 anos, que habitam em alojamentos com elevadas ou médias condições de habitação, são os que visitam mais frequentemente as zonas verdes mais próximas do seu local de residência, ao passo que cerca de metade dos inquiridos que vivem em condições precárias, apenas se deslocam a uma zona verde do bairro cerca de uma vez por mês.

Como parece evidente, esta progressiva rarefacção na frequência dos espaços verdes, surge muito associada às condições dos respectivos alojamentos, a que não será abusivo associar, igualmente, alguma degradação do espaço envolvente. E tendo nós visto, anteriormente, alguma apetência para a apropriação dos espaços verdes, independentemente das diferenças sociais, a presente quebra na frequência desses espaços é, ainda, significativa da deficiente qualidade de vida social e urbana naquelas áreas, em relação às quais os espaços verdes, a existirem, não deixariam de ser um "luxo" um tanto insólito nessas mesmas áreas! Independentemente das diferenças sociais e de alojamento, é importante sublinhar que as diferenças etárias introduzem mudanças naquelas tendências. Com efeito, os inquiridos mais jovens, mas sobretudo os que se situam no escalão etário dos 24 aos 35 anos, são os que se apropriam mais frequentemente dos espaços verdes na cidade e fora dela, tendência que não será alheia, certamente, à própria capacidade de mobilidade desses grupos etários.

Tendo em conta o estatuto social dos inquiridos, registam-se algumas diferenças com significado analítico. É certo que os diferentes graus de escolaridade e de categorias socioprofissionais desses inquiridos, não parecem introduzir alterações significativas na frequência

das deslocações às zonas verdes do bairro. Contudo, tais alterações são relevantes quando se tratam de espaços verdes da cidade ou de fora de Lisboa. Com efeito, os mais iletrados e socialmente mais desfavorecidos, estão praticamente ausentes naquelas zonas verdes, ao mesmo tempo que se verifica um progressivo aumento da frequência das deslocações à medida que se tornam mais elevados os níveis de escolaridade e o estatuto socioprofissional dos inquiridos.

Do Verde da Cidade às "Hortas Urbanas"

Embora não estivesse previsto no inquérito realizado, por questionário, detectar outras formas de apropriação do verde urbano, que não se relacionassem directamente com parques e jardins, na observação empírica que desenvolvemos em quatro zonas de Lisboa, procurou-se destacar a significação analítica assumida por outras formas de manifestação da "natureza" na cidade, em particular com o que, comumente, se designa de "hortas urbanas". De facto, o aparecimento de um espaço verde na malha urbana pode não ser o resultado de um programa bem definido, onde se ponderam as necessidades, as potencialidades e as funções a privilegiar. O tipo de composição pode resultar de um processo relativamente espontâneo, onde as populações procuram inscrever o "espaço agrícola" e as práticas a ele associadas, no próprio território urbano.

Na cidade de Lisboa, o fenómeno das "hortas urbanas" está longe de ser residual. Na maioria das zonas de observação, elas surgem bem implantadas e acopladas a bairros de habitação mais desqualificada ou degradada. A lógica subjacente à sua implantação continua a ser idêntica à já detectada em 1984 por uma equipa de investigadoras (Castel' Branco e alli, 1985), em que aquelas hortas surgem como um complemento económico ao orçamento familiar e, em alguns casos, como uma forma de substituição, em meio urbano, de um modo de vida rural, traduzido, como se sabe, por uma intensificação da rede de relações e por uma componente identitária muito forte com o respectivo local de (re)produção.

No referido estudo, salientava-se a importância das "hortas urbanas" na manutenção da paisagem e da qualidade de vida, mas também no âmbito do ordenamento do território. Tais características deveriam implicar uma outra postura, nomeadamente dos poderes públicos, que levasse ao reconhecimento das potencialidades daqueles "campos urbanos". Realmente,

essas potencialidades, para além da sua própria condição socioprodutiva, poderiam vir a permitir um controle mais acentuado dos usos clandestinos do solo, urbano ao fim e ao cabo, participando, igualmente, na concretização de parte da estrutura verde urbana.

Nesta medida, não é possível recusar uma importância ambiental e socioprodutiva a estas "hortas urbanas", no quadro de uma configuração, um tanto revivalista, é bom ter presente, da relação cidade-campo. E embora não contemplem, como dissemos, situações meramente residuais, assumem, contudo, uma dimensão, digamos pedagógica, em relação ao que poderia ter sido uma outra forma de "fazer cidade", se o contexto histórico, económico e social tivesse sido, efectivamente, diferente. Mas sabemos que a realidade actual é, inelutavelmente, bem distinta.

Em tais condições, aquelas "hortas urbanas" parecem constituir, sobretudo, uma componente patrimonial da cidade, na sua estreita articulação com a questão do ambiente urbano e, não, ilusoriamente, como uma suposta solução de compromisso entre o campo e a cidade. Efectivamente, a histórica relação entre o rural e o urbano – que o



Fonte: Plano Estratégico da Região de Lisboa Oeste Vale do Tejo, CCRLVT, 1999

capitalismo determinou, dialecticamente, como uma relação conflitual e de conquista do campo pela cidade – é a nossa herança actual, em relação à qual nos posicionamos e sobre a qual se jogam eventuais alternativas, a essa escala global. Eis porque as "hortas urbanas", de grande impacto local, como referimos atrás, devem ser vistas num quadro territorial mais amplo, no presente caso metropolitano, e, a esse nível, equacionadas em conjunto com as restantes componentes significativas da vida económica, social e cultural desse mesmo território.

Práticas Sociais nos Espaços Públicos

Questionados sobre a frequência de visita a um conjunto de espaços públicos, previamente listados, os inquiridos destacaram, por ordem decrescente: os cafés (81%), os restaurantes (47%) e as praças e largos (44%). Ainda com uma significativa frequência de visita, destacam-se as zonas pedonais (33%) e os centros comerciais (29%). Em contrapartida, os Museus/Galerias e o caso muito particular do Centro Cultural de Belém, registam os menores índices de frequência (4% e 3%, respectivamente).

Vale a pena olhar para estes dados de modo menos sequencial. Sem dúvida que é necessário sublinhar, desde logo, o valor que mais se destaca, isto é, a frequência dos "cafés", tomando-os no seu significado mais geral, que é, ainda, o de constituírem, tradicionalmente, um dos lugares públicos por excelência. Se tivermos em conta a "razia" dos grandes cafés na década de 60 para 70 (prolongando-se mesmo para além dela), dando origem a uma proliferação de agências de bancos e de outras empresas, sobretudo em zonas centrais de Lisboa, esta assunção dominante na frequência dos "cafés" aponta, efectivamente, para uma perenidade, ao fim e ao cabo um tanto paradoxal, desses singulares espaços públicos. É certo que, na generalidade dos casos, aquela frequência deve reportar-se, sobretudo, a "cafés de bairro", o que não pondo em causa, como é evidente, a natureza pública desses espaços, introduz, igualmente, outros questionamentos, nomeadamente os que jogam com os quadros identitários e com os processos de socialização, neste caso de incidência local.

Comentando, ainda, aqueles resultados, sobre a frequência dos espaços públicos, um dado surge com relevância um tanto incongruente, sobretudo em relação a uma "ideia feita" entre nós – realmente, no cômputo geral das respostas

dos inquiridos, a frequência dos "centros comerciais" não tem um peso dominante, pelo contrário, limita-se a pouco mais de um quarto do conjunto daquelas visitas aos espaços públicos. É uma constatação importante que, efectivamente, não deixa de contrariar uma ideia generalizada sobre a "massificação" daquele específico espaço privado de uso público, com uma frequência inferior a outros espaços abertamente públicos, como sejam as praças e os largos e, mesmo, as zonas pedonais. Claro que o facto dos "centros comerciais" se organizarem, na generalidade dos casos, como espaços fechados, como um aparente "micro cosmos" de auto-suficiência consumista, faz crer uma imagem de forte apetência e de intensa concentração, induzindo, assim, a ideia de se constituírem em espaços dominantes de fruição pública.

Já os índices de frequência dos espaços museológicos não comportam, infelizmente, é bom acrescentar, valores discrepantes em relação aos índices de "iliteracia cultural" que conhecemos de outros estudos. No entanto, o caso muito particular, que questionámos junto dos inquiridos, sobre o Centro Cultural de Belém (C.C.B.), permite-nos duas notas de comentário: a primeira tem a ver com o facto do respectivo índice ser inferior ao dos restantes espaços públicos de dominante cultural – poder-se-á comentar que o C. C. B., enquanto espaço expositivo, tem uma procura ligeiramente inferior a outros espaços de natureza exclusivamente museológica, mas equiparável a lugares similares, como é o caso das Galerias. Isto é, ainda que com valores incrivelmente baixos, apesar de tudo as pessoas vão mais aos Museus do que às Galerias, o que encontra justificação na relativa "novidade" destas últimas; a segunda nota decorre, sobretudo, da observação empírica, que leva à distinção entre a visita dos espaços propriamente expositivos (e, a este nível, os valores são residuais, como vimos) e a frequência do espaço público, propriamente dito. Neste último caso, aquela frequência (da zona envolvente do C.C.B., mas também do próprio "exterior" do centro expositivo), não deixa de ser determinada ou, se se quizer, "contaminada" pelo papel que, histórica e socialmente, pelo menos desde os anos 40, aquele território tem vindo a representar como espaço de plena e intensa fruição pública (adiante, voltaremos a este caso).

As observações anteriores reportam-se a valores globais, independentemente das distinções sociais que, naturalmente, diferenciam os diversos inquiridos. Assim, demos conta, anteriormente, do ritmo elevado de frequência dos "cafés" e

das "praças e largos". Constatamos, agora, que essa frequência se verifica, sobretudo, nos inquiridos muito jovens (15-23 anos), sendo que, em relação ao segundo tipo de espaços públicos, é de destacar, igualmente, a classe etária dos mais velhos (50-64 anos). Em termos de estatuto social, estamos perante indivíduos de escolaridade média ou superior, pertencentes ao grupo socioprofissional dos trabalhadores independentes ou dos empregados executantes. Registe-se, ainda, que os referidos espaços públicos são frequentemente visitados pelos inquiridos que residem, predominantemente, em zonas centrais de Lisboa, com médias condições de habitação. Curiosamente, os inquiridos que visitam, com mais frequência, as "zonas pedonais", têm também um estatuto social semelhante ao anterior.

À semelhança da averiguação específica sobre o Centro Cultural de Belém, que abordámos anteriormente, a inquirição centrou-se, também, num determinado espaço comercial, concretamente, o Centro Comercial Colombo (C.C.C.), dada a sua recente implantação, associada ao respectivo dimensionamento, bem como ao local "estratégico" daquela implantação, entre o Centro e a Periferia. Constatámos, então, que o C.C.C. é visitado, com maior frequência, pelos muito jovens (15-23 anos), que frequentam o ensino superior e que residem, sobretudo, na Periferia, em alojamentos com condições elevadas de habitação. Fazem parte, assim, de estratos socialmente favorecidos. Em relação aos que visitam mais frequentemente outros centros comerciais, constata-se enormes semelhanças com o padrão anterior, no que se reporta aos níveis de escolaridade e à classe etária, variando, contudo, consoante as condições da habitação e a classe socioprofissional.

Estes espaços públicos de consumo, comumente designados de "centros comerciais", apelam a algumas notas complementares. Se, em termos globais, aqueles espaços de consumo ocupam um lugar relativamente pouco significativo, comparativamente com outros espaços públicos, como vimos atrás, os resultados da inquirição vieram comprovar (tal como a mera observação empírica já havia constatado) serem sobretudo os muito jovens, os que dominam a frequência daqueles espaços. Com efeito, trata-se de uma constatação, empírica e quotidianamente verificável, que tem estado na origem, contudo, de algumas generalizações um tanto apressadas. É certo que aquele grupo etário transporta consigo uma assinalável capacidade de inovação nos modos culturais de relacionamento e nos estilos

de vida social. Mas essa mesma capacidade inovadora, exactamente por isso, não tenderá, necessariamente, para uma inexorável estabilização de hábitos culturais e, neste caso, também de padrões de consumo. Um dado que não deixa de ser significativo, tem a ver com as múltiplas formas de socialização e de apropriação, por aquele mesmo grupo etário, de espaços públicos tão diferenciados, como sejam alguns bairros históricos ou mesmo a "descoberta" recente das frentes de água da metrópole de Lisboa (adiante, voltaremos a este ponto). Ao fim e ao cabo, a lógica dos "centros comerciais" está muito mais na multiplicação dos bens de consumo, do que na criação de alternativas a outros espaços públicos.

Observações semelhantes podem ser formuladas, a propósito de outro tipo de espaços públicos, concretamente os que têm a ver com a restauração. Neste caso, também a opção destacada joga mais com mudanças de hábitos de consumo e de modos de vida, do que, propriamente, com a fruição pública daqueles espaços. Nessa medida, as respostas dos inquiridos em relação à frequência dos "restaurantes", deve ser mediada por essas mudanças socioculturais, admitindo-se, contudo, que aquela frequência destacada (47% das respostas, como vimos atrás) advém, sobretudo, dos inquiridos de elevado capital económico e social. Efectivamente, estamos perante indivíduos que têm entre os 24 e os 35 anos, possuem o ensino superior, pertencem a estratos sociais favorecidos e residem, sobretudo, na Periferia em alojamentos com elevadas condições de habitação. Precisamente, os que fazem corresponder aquele espaço público muito particular – e particular, também, no sentido tradicional com que é conotada aquela restauração – ao seu próprio estatuto social. Como é evidente, uma tal constatação não contraria, pelo contrário reforça, a tendência crescente para a "restauração pública", consequência, como sabemos, de profundas mudanças económicas e socioculturais.

Vimos atrás o lugar relativamente modesto, em relação à frequência dos museus e galerias e, particularmente, o caso do Centro Cultural de Belém. Constatamos, agora, empiricamente, que aquela frequência muito baixa corresponde, como se esperaria, a uma categoria social também ela muito restrita. Concretamente, a frequência dominante daqueles espaços reporta-se, sobretudo, aos inquiridos em idade activa (24-35 anos), que possuem o ensino superior, pertencem a estratos sociais favorecidos e residem tanto no centro como na periferia de Lisboa, em alojamentos com elevadas condições de habitação. Isto é, estamos

perante uma "elite", neste caso, de ordem cultural, que integra o "público" muito específico que frequenta aquele espaço colectivo.

Como já havíamos aflorado anteriormente, destaca-se, assim, na frequência destes espaços, de acesso público socialmente "reservado", uma quase exclusividade de inquiridos que se caracterizam por deterem um significativo capital cultural. O que nos leva a reafirmar que, por um lado, aqueles espaços funcionam, efectivamente, como um "filtro social", no que diz respeito aos seus visitantes e, por outro lado, que esses mesmos espaços não conseguem, ou não estão vocacionados, para receber e atrair toda a diversidade de grupos sociais. Em todo o caso, na base desta situação há, efectivamente, como dissemos atrás, um problema de "iliteracia cultural", no seu sentido mais genérico e mais profundo, que torna opaco o acesso a este tipo de espaços públicos. O que não deixa de questionar, ao fim e ao cabo, a própria noção de espaço público, assente em princípios democráticos no acesso e na apropriação.

Ao nível da apropriação destes novos espaços públicos, alguns autores têm vindo a levantar questões sobre a integração destes novos espaços no tecido urbano. A este propósito, Brandão Alves (1996) afirma que numerosos espaços públicos urbanos, sobretudo os mais recentes, apresentam grandes incongruências entre a sua natureza pública, que deveria assegurar o respectivo desfrute pela maior parte dos cidadãos. Questionam-se, ainda, determinadas características dos espaços públicos que acabam por atrofiar o seu uso, o que vai determinar, em muitos casos, uma apropriação desses espaços por grupos minoritários de cidadãos.

Das observações anteriores, constatámos, então, que a maior parte dos espaços públicos entretanto referidos, apresentavam, na generalidade, uma apropriação socialmente privilegiada. As razões de um tal contraste social, já foram sucintamente referidas. Importa sublinhar, no entanto, que este último grupo de inquiridos não se encontra totalmente isolado em relação à "recusa" em visitar os referidos espaços públicos. Efectivamente, em todas as categorias socioprofissionais é possível admitir, em graus muito diferenciados, é certo, a existência de quem "nunca" visitou aquele tipo de espaços públicos. Inversamente, e com a excepção do operariado, em todos os restantes grupos socioprofissionais é possível quantificar, ainda que com valores relativamente baixos, os que admitem a possibilidade de "uma vez por semana" visitarem aqueles

espaços públicos. Isto é, a generalidade dos estratos socioprofissionais sabe da "existência" destes específicos espaços, pelo que a sua não apropriação pública acaba por corresponder, um tanto paradoxalmente, a uma "fatal ignorância", socialmente determinada, é certo, tal como temos vindo a sublinhar, mas nem por isso menos *fatal!*

Socialização e Individuação nos Espaços Públicos

Do conjunto de determinantes que acabam por condicionar o acesso aos espaços públicos, sem dúvida que os efeitos geracional e escolar têm um peso importante, relativamente às diferentes práticas de apropriação socio-espacial. Assim, se a idade é uma variável importante para explicar as preferências espaciais dos inquiridos, a escolaridade, enquanto elemento essencial do capital cultural, parece também indissociável das práticas dos inquiridos. Sintomaticamente, estes dois efeitos aparecem cada vez mais associados entre si, tendo em conta que as gerações mais novas tendem a obter, progressivamente, níveis mais elevados de escolaridade.

A dinâmica dos espaços públicos remete, deste modo, para os diferentes níveis de relação com o espaço, atendendo quer às práticas de vizinhança que utilizam o espaço público como prolongamento do espaço doméstico, quer às práticas de proximidade, ligadas às necessidades da vida quotidiana, tanto à escala do bairro, como da cidade. Aquela dinâmica aparece associada, ainda, às práticas de sociabilidade, relacionadas com os espaços representativos que se destacam em termos de convívio comunitário. Nessa medida, não deixa de ser significativo registar, nos usos e na apropriação dos espaços públicos, o duplo dimensionamento dos processos de socialização e de individuação, que aquelas práticas sociais e individuais necessariamente condicionam e determinam.

A situação, actualmente emblemática, das frentes de água, já atrás referida, pode continuar a servir-nos de analisador significativo daqueles processos. Observando, então, o panorama social de apropriação deste recente espaço público, verificamos que, de uma forma geral, o motivo mais assinalado pelos inquiridos para frequentarem os espaços ribeirinhos é a "contemplação do rio" (91%). As frentes de água são, ainda, considerados locais privilegiados para "passear" (90%) e para ter um "contacto com a natureza" (87%). São, sobretudo, os inquiridos que têm entre os 15 e os 35 anos, com níveis médios de

escolaridade, de profissão e de alojamento, os que acabam por destacar a hierarquia dos critérios acima referidos.

No quadro da presente área temática das frentes de água, sublinha-se, fundamentalmente, a valorização dos aspectos mais directamente físicos que, deste modo, acabam por ter um peso determinante no valor do uso do espaço. A fruição das frentes ribeirinhas vem acentuar, assim, por um lado, o gosto pela "natureza" e pelo "bucolismo"; por outro, aquela fruição tem vindo a ser progressivamente associada ao símbolo da "qualidade urbana", em particular na sua valência ambiental. Como se, perante estes dois tipos de posicionamento, os inquiridos quizessem sublinhar, simultaneamente, uma relação mais individual, face ao Rio, e uma relação mais social, face à Cidade.

Com valores menos expressivos surgem os aspectos relacionados com actividades recreativas, lúdicas, desportivas e culturais : "bares e discotecas" (39%), actividades desportivas (39%), museus (38%) e actividades náuticas (36%). Como seria de esperar, os novos usos e funções destes espaços são apropriados, sobretudo, pelos inquiridos mais jovens, com níveis elevados de literacia, pertencentes a estratos socialmente favorecidos. São, assim, os indivíduos mais escolarizados, mais jovens e socialmente mais privilegiados que, pelo menos uma vez por semana, se deslocam aos espaços ribeirinhos.

Uma conclusão importante a retirar, confirma que o surgimento destes novos espaços públicos não se tornaram concorrenciais com os espaços já eleitos pelos utentes de Lisboa. Por outro lado, o acesso às frentes de água, também parece ser socialmente diferenciado, revelando novos estilos de vida e de padrões de consumo. De resto, foi essa constatação que nos levou, num estudo anterior (cfr. Matias Ferreira e allí, 1997), a falar de uma cultura urbana das "docas", sublinhando, assim, esta nova forma de apropriação das frentes de água, sobretudo por estratos etários mais jovens. Curiosamente, trata-se de uma população muito semelhante à que, nos anos 80, animou uma "movida" muito centrada em determinadas zonas históricas de Lisboa (Bairro Alto, Cais do Sodré, Santos,...) que, aparentemente, não perdeu "público", face a esta nova situação das frentes de água. Regista-se, contudo, alguma recomposição, com incidências sociais e culturais, nas formas de apropriação e no tipo de espaços públicos que, progressivamente, têm vindo a ser "ocupados" na cidade. Ou seja, num contexto

de maior e mais diversificada oferta de espaços públicos, parece haver uma recomposição social e etária na respectiva procura, mas recomposição, ainda, consoante o período diário (e nocturno) e, sobretudo, ao longo dos diversos dias da semana (e do mês).

Clivagens sociais e etárias, muitas vezes associadas entre si, nos tipos disponíveis, nas formas de apropriação e na frequência de visita dos espaços públicos e das zonas verdes de Lisboa. Tal é o panorama contrastado dessas duas vertentes da organização territorial e da vida urbana da metrópole. Mas vimos, também, como aquelas clivagens e aqueles contrastes são, por vezes, bastante subtis, ou melhor, eles não se reproduzem, linearmente, nas diversas escalas de observação, nem, obviamente, nos diversos níveis

de vivência urbana. Se tivermos em conta, igualmente, que os resultados empíricos do estudo realizado não são extrapoláveis para todo o território de referência (nomeadamente, tendo em conta a amostragem por "quotas" que orientou a inquirição), então compreendemos melhor estarmos perante "retratos" contraditórios, naturalmente, daqueles tipos, formas e frequências dos espaços públicos e das zonas verdes da metrópole de Lisboa. Nessa medida, estamos obrigados a observar esses "retratos" nos respectivos contextos em que foram obtidos. Constituem, por isso, como que peças de um "puzzle" que, em torno das referidas vertentes, se vai construindo e, desse modo, mapeando aquelas clivagens e aqueles contrastes no mencionado território.

Referências Bibliográficas

- BRANDÃO A. A. (1996), *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano*, Lisboa, Texto Policopiado.
- BRUN, J. e RHEIN, C. (eds) (1994), *La segregation dans la ville*, Paris, L'Harmattan.
- CASTEL'BRANCO, I.; SARAIVA, M. G.; NETO, M. S. (1985), "As hortas urbanas em Lisboa", *Sociedade e Território*, 3.
- CHANIAL, P. (1992), "Espaces publics, sciences sociales et démocratie", *Les espaces publics*, Quaderni, n.º 18.
- DONADIEU, P. (1997), "Comment évolue le rôle du végétal dans la cité?" in RIVIÈRE, L. M.(ed.) *La plante dans la ville*, Versailles, INRA.
- DUBOST, F. (1994), *Vert patrimoine*, Paris, Ed. De la Maison des Sciences de l'Homme.
- HERVÉ Le Bras (1997), *Ville et hospitalité*, Textos de síntese do Seminário, Paris, Fondation Maison des Sciences de l'Homme, Plan construction et Architecture.
- JOSEPH, I. (1998), *La ville sans qualités*, Paris, Editions de l'Aube,
- JOSEPH, I. (1991), "Voir, Exposer, Observer" in *L' espace du public, les compétences du citoyen*, Colloque d'Arc-et-Senans, Nov-1990, Plan Urbain-Éditions Recherches.
- LEFEBVRE, H. (1972), *Le droit à la ville*, Paris, Point Anthropol.
- MATIAS, F. V. e CASTRO, A. (1999), "As Cidades de água – a lenta descoberta da frente marítima de Lisboa" in *A Cidade da Expo'98*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- PORTZAMPARC, C. (1995), "La Ville", *L'Architecture d'aujourd'hui*, n.º 302, décembre.
- RIBEIRO TELLES, G. (1997), *Plano verde de Lisboa*, Lisboa, Edições Colibri.
- SANSOT, Pierre (1993), *Jardins Publics*, Paris, Payot.